

O ESPORTE

EM TEMPOS DE PANDEMIA

UM OLHAR DESDE IBERO-AMÉRICA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável



Consejo
Iberoamericano
del Deporte



COVID-19
RESPOSTA

Publicado em 2020 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e o Escritório Regional de Ciências da UNESCO para América Latina e o Caribe, UNESCO Montevideú, Luis Piera 1992, andar 2, 11200 Montevideú, Uruguai.

© UNESCO 2020

MTD/SHS/2020/PI/01



Esta publicação está disponível em acesso aberto sob licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os usuários concordam com as condições de uso do Repositório de Acesso Aberto da UNESCO (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-sp).

Os termos utilizados nesta publicação e a apresentação dos dados que constam nela não implicam qualquer posição por parte das Organizações.

As ideias e as opiniões expressas nesta obra são as dos autores e não refletem necessariamente o ponto de vista da UNESCO, CID e SEGIB nem comprometem as organizações.

Este documento contou com a participação dos insumos e comentários técnicos de Andrés Morales (UNESCO), Belen Lara (CID) y Marcos Aclé Mautone (SEGIB).

O desenho e a tradução para o português deste documento foram possíveis graças ao apoio da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) y da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Tradução para o português: Patricia Belo

Desenho gráfico: flobrizuela.com

SOBRE O AUTOR

Fernando Cáceres Andrés é presidente honorário do Conselho Ibero Americano do Esporte. Entre outros cargos, foi Secretário Nacional do Esporte de Uruguai (2005-2010, 2015-2020), presidente do Conselho Ibero Americano do Esporte (2007-2010, 2017-2020) e secretário geral da Associação Uruguiaia de Futebol (2010-2015).



O ESPORTE

EM TEMPOS DE PANDEMIA

UM OLHAR DESDE IBERO-AMÉRICA

Prof. Fernando Cáceres Andrés



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável



Consejo
Iberoamericano
del Deporte

Com o apoio de:



Sumário executivo

O impacto produzido pela irrupção da pandemia evidenciou as debilidades dos sistemas esportivos, mas também revelou as fortalezas e potencialidades que representam oportunidades extraordinárias para que o esporte saia fortalecido e renovado, fornecendo melhores condições de desenvolvimento para as comunidades e dos países.

O isolamento obrigatório e autoimposto revelou, com singular evidência, a importância da atividade física, do exercício e dos hábitos saudáveis para manter uma vida sadia, no equilíbrio físico, intelectual e emocional. Resignificar social e politicamente à relevância e a função insubstituível da atividade física e do esporte do desenvolvimento integral do ser humano, é um desafio para o mundo do esporte e uma necessidade para a sociedade toda.

Crianças, idosos, mulheres e pessoas com deficiência têm sido alguns dos grupos mais afetados pela paralisação e pela perda de espaços de socialização e, correm o risco de serem postergados nos planos de reativação e nos programas de apoio e assistência direta no futuro. Para evitar esses extremos, convém incluir a representação direta desses setores nos espaços de decisão, de forma tal de afirmar as probabilidades de formular políticas sensíveis à problemática. Cabe às autoridades governamentais e ao movimento olímpico e esportivo em geral velar por isso.

A incidência da mulher nos eventos esportivos é substantiva. Não há reativação possível sem sua participação central. A participação das mulheres vai diluindo-se na medida em que ascende nos níveis hierárquicos e do governo das entidades esportivas de forma inversamente proporcional aos

homens. Os governos deverão ser observadores e garantes para evitar a discriminação e garantir a igualdade de oportunidades. As organizações esportivas, deverão promovê-las e consagrá-las nos fatos.

As autoridades nacionais do esporte podem aproveitar esses novos cenários de proximidade com outros atores nacionais e locais para promover instrumentos de cooperação e diálogo permanente e, de forma assumir compromissos mútuos com seus pares locais e regionais do segundo e terceiro nível do governo.

Presenciamos uma conjuntura excepcionalmente favorável para reconfigurar a relação dos governos com o movimento olímpico, o mundo empresarial, o universo científico e acadêmico e, orientá-la para uma política mais racional e colaborativa.

As respostas a pandemia são mais eficazes se são plurissetoriais e concertadas. Essas condições podem prevalecer e se instituir se forem alinhadas ao pensamento estratégico em uma nova cultura de governança do esporte.

A atividade esportiva é caracterizada geralmente pelo informalismo e pela contingência, inclusive na esfera profissional. A subscrição das obrigações com adoção de protocolos rigorosos é um passo muito importante na formalização da atividade e se incorporar e se desenvolver como prática regular, poderia acrescentar valor ao fortalecimento institucional, a processos de profissionalização da gestão e ao seguimento e controle de metas e obrigações.

A emergência sanitária obrigou a um pormenorizado relevamento, análise e classificação da informação. Não há uma gestão sustentável sem o suporte e fundamento da informação.

A formalização da atividade esportiva necessita estruturar os processos de gestão e toma de decisões baseados em evidência. Para isso a gestão exige um maior acompanhamento e respaldo acadêmico.

No âmbito profissional, em particular, as mudanças foram concluintes a partir da pandemia e, o esporte não é alheio a isso: incremento do uso e implementação da tecnologia, expansão do teletrabalho e generalização da educação a distância. A atividade física e o treinamento a distância podem favorecer aos setores mais vulneráveis e excluídos (mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos) oferecendo programas com chegada direta ao domicílio ou ao entorno. Esta é uma grande oportunidade para a colaboração entre instituições especializadas.

A irrupção da pandemia evidenciou a importância da presença do Estado, de serviços públicos universais e eficientes e de comunidades organizadas. Revelou, por sua vez, que as medidas mais eficazes foram as derivadas de respostas concertadas e de ações plurissetoriais, com o apoio da cooperação internacional. Existe uma correspondência virtuosa entre medidas assumidas com respaldo de unidade nacional e de coesão social e a ocorrência de melhores resultados supervenientes.

A pandemia deve servir para a reivindicação da colaboração como a única forma de responder a um desafio sistêmico e, o mundo do esporte não pode ficar alheio a isso.

Prólogo

A pandemia da COVID-19, como sabemos, desatou não apenas uma crise sanitária senão também uma crise social e econômica global, da qual o esporte, a atividade física e a educação física, foram particularmente atingidas.

Como consequência do momento que vive a humanidade, eventos esportivos nacionais e internacionais tiveram que ser suspensos. Em muitos países da Ibero-América as atividades esportivas dos cidadãos foram restritas, por momentos alguns centros esportivos foram adaptados, como hospitais improvisados e, vários atletas e pessoal técnico esportivo perderam seus empregos.

Além disso, como qualquer crise, esta mostra também com clareza os vieses e as desigualdades estruturais, que afetam, em particular as populações tradicionalmente excluídas e especialmente em condições vulneráveis.

A pandemia implicou tomar decisões radicais, como por exemplo, o adiamento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio, mas também ressaltou a importância que tem a atividade física e do esporte nos nossos países e para a sociedade.

Governos, organizações internacionais, ligas, clubes, inclusive esportistas profissionais e treinadores/as, fizeram um apelo especial para promover a atividade física durante os momentos mais estritos do confinamento.

Diferentes estratégias criativas online surgiram para que as pessoas cuidem sua saúde física, mental e emocional. Por sua vez, países da região que decretaram confinamentos absolutos, incluí-

ram a realização de atividades físicas ao ar livre, como uma das exceções, aplicando protocolos de cuidado.

Toda essa situação supõe um enorme desafio para os governos, que exigiu planos de contingência urgente adaptados à mutante situação da pandemia. Neste entorno, para fins de maio de 2019, a UNESCO, o Conselho Ibero-Americano do Esporte (CID) e a SEGIB, organizaram a 1ª Conferência de Ministras/os e Altas Autoridades do Esporte em Ibero-América: O Esporte em Tempos de Pandemia. O objetivo desta primeira conferência, desenvolvida de forma virtual, foi criar um espaço onde os governos da região, compartilharam, junto com organismos internacionais e organizações esportivas, seus planos de ações em matéria de política de esportes diante a pandemia e, da mesma forma, coordenar estratégias de colaboração conjuntas.

Nessa oportunidade, os governos insistiram no chamado à cooperação internacional, propondo mais espaço de intercâmbio. Além disso, trocaram experiências para gerar insumos que permitam tomar melhores decisões diante a pandemia na situação presente e futura.

Diante este chamado por parte dos representantes governamentais dos países da Ibero-América, da UNESCO e do Conselho Ibero-americano do Esporte (CID), com espírito colaborativo e vontade de seguir promovendo o esporte e sua importância para a convivência e o desenvolvimento sustentável no marco da Agenda 2030 e o Plano de Ação de Kazan, foi decidido oferecer um insumo técnico dirigido a informar e fortalecer as políticas do esporte, durante e depois da pandemia.

Este documento síntese, em consequência, procura identificar as principais respostas que, em termos gerais, foram abordadas desde o âmbito das políticas públicas do esporte na região diante a COVID-19. Além disso, sobretudo, pretende apresentar uma série de oportunidades e recomendações para que o esporte esteja melhor e mais fortalecido e seja consolidado como um catalisador para a inclusão e o desenvolvimento, especialmente em situações de crise.

Confiamos que este documento seja uma ferramenta útil não apenas para os governos da Ibero-América, senão também para o movimento esportivo, organismos internacionais, indústria do esporte, organizações do esporte para o desenvolvimento e, todas aquelas pessoas interessa-

das nos impactos da pandemia no esporte e nas oportunidades que se possam aproveitar.

Desde UNESCO e o CID, ratificamos nosso compromisso de continuar trabalhando com todos os países da região e com a comunidade esportiva na busca de ferramentas e propostas inovadoras, convencidos de que a cooperação e o trabalho em equipe são a chave para fazer frente a esse desafio comum.

01.

Antecedentes

O presente relatório inscreve-se em um longo processo de trabalho coordenado e convergente entre o Conselho Ibero-Americano do Esporte (CID) e UNESCO.

A participação de representações governamentais do esporte ibero-americano em reuniões do Comité Intergovernamentais para a Educação Física e o Esporte (CIGEPE), na Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários encarregados da Educação Física e o Esporte (MINEPS), assim como, em encontros regionais e sub regionais, foram alimentando durante anos a aproximação progressiva de ambas instituições e a paulatina identificação de áreas estratégicas de interesse, passíveis de abordagens e ações comuns.

Os antecedentes de trabalho compartilhado possibilitaram que a unidade atingida entre a UNESCO e CID chegara em um bom momento de amadurecimento para assistir e responder as demandas dos países diante o impacto da COVID19 na região.

Nessas circunstâncias, ambas instituições, com a colaboração da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), convocaram no final de maio de 2020, aos Ministros e Altas Autoridades do Esporte na 1ª Conferência Ibero-Americana do Esporte e COVID-19 da que participaram os responsáveis governamentais da região, assim como importantes internacionais vinculadas ao setor¹.

As intervenções realizadas nesta conferência e as opiniões formuladas pelos governos no teor dos formulários entregues com anterioridade deixaram em evidência a necessidade de maior cooperação e assistência entre os países e seus parceiros internacionais.

O presente documento procura dar informação relativa à situação e as ações encaminhadas por parte dos diferentes países ibero-americanos diante a irrupção e desenvolvimento da pandemia na região, assim como identificar oportunidades e formular recomendações.



¹ <https://es.unesco.org/news/iberoamerica-acuerda-crear-plataforma-internacional-cooperacion-enfrentar-al-covid-deporte>

02.

Respostas dos países diante a COVID-19

Quadro Geral

O mundo enfrentou um acontecimento inesperado que se instala e propaga como consequência de uma doença desconhecida até o momento que explode o surto, provocada pelo vírus que possui uma extraordinária velocidade de contágio.

Ainda que são numerosos os antecedentes de epidemias e pandemias ao longo da história, a aparição de um vírus com estas características em um mundo globalizado e intercomunicado surpreendeu as autoridades sanitárias nacionais e internacionais, que tiveram que testar respostas imediatas com escassos níveis de informações e conhecimento prévio.

O reconhecimento desta nova problemática foi se desenvolvendo simultaneamente à ativação das respostas. Em consequência, a aprendizagem, a avaliação contínua dos fatos e a identificação de medidas e instrumentos eficazes foram diminuindo paulatinamente os índices de precariedade inicial da informação e fortalecendo as capacidades de resposta com o passo do tempo.

A propagação do vírus percorreu o território europeu antes de entrar na América Latina e no Caribe. A região teve a vantagem relativa de ter recebido posteriormente a chegada do vírus, precedida por uma interessante acumulação de informação e aprendizagens anteriores que possibilitaram tomar algumas medidas antecipatórias. Não obstante, ao contrário da Europa, teve que assumir o reto da pandemia com capacidades menos consolidadas, tais como a insuficiência de infraestruturas e de serviços e recursos sanitários,

instabilidades políticas e debilidades institucionais, economias nacionais em dificuldades e limitações objetivas para aumentar o gasto público.

Nesse contexto, tanto na América Latina e no Caribe, como na Península Ibérica, houve um desenvolvimento gradual, mas sustentado do esporte no sentido mais compreensivo do termo, assim como um posicionamento relevante na atenção e na consideração pública.

Essa fortaleza melhorou a capacidade de interlocução das autoridades e colocou o esporte em um foco de preocupação prevalente por sua incidência nas condições de vida saudável da população e desenvolvimento integral das pessoas.

Em termos gerais, as primeiras reações dos governos da região foram unilaterais, se observando uma rápida propensão à coordenação e à busca de respostas comuns.

Os países foram agindo de forma diversa segundo as características e possibilidades de cada realidade em um leque de opções que incluiu desde a adoção de medidas totais ou quase totais de restrição da atividade com confinamento individual controlado, até a apelação direta ao exercício responsável da liberdade cidadã pela parte da população.

A diversidade dos caminhos escolhidos na região obriga a advertir que as caracterizações expressadas neste estúdio tentarão expressar uma síntese a partir das similitudes dominantes na maioria dos países.

Desde um início, a responsabilidade diretriz e a liderança diante a situação foi assumida por parte das máximas autoridades governamentais, com preeminência da atuação conjunta das presidências e ministérios de saúde, acompanhados e assistidos pelos ministérios de economia.

Em um segundo nível, referiu-se à conformação de equipes de assessoramento científico (governamental, mista público-privada, ou independente) para contar com respaldo profissional nos processos de toma de decisões sanitárias e, ao auxílio de comitês de crise ou equipes *ad hoc*, para as respostas políticas.

Por sua parte, o movimento esportivo foi assumindo suas próprias determinações subordinadas às orientações e decisões dos governos nacionais ou locais.

Nesse sentido, as autoridades de governo assumiram decisões diligentes convocando âmbitos de consulta, de diálogo de proposição de acordos com as instituições esportivas de primeiro, segundo e terceiro grau, segundo a urgência dos casos.

Ainda urgidos pela exigência de respostas imediatas diante situações urgentes, os governos foram respeitosos da independência própria do movimento esportivo e, sob essa premissa, foram atingidos bons níveis de entendimento.

A relação entre os governos e o movimento esportivo é complexa, motivo pelo qual, a implementação de medidas concertadas no contexto de crise não apenas contribui a moderar as dificuldades do momento, senão que também permite augurar boas perspectivas de convivência e cooperação nos processos de superação da crise e no futuro desenvolvimento esportivo.

Primeiras medidas do esporte diante a pandemia

As primeiras medidas governamentais apontaram a evitar as aglomerações e facilitar o distanciamento social, tanto o esporte como em outras esferas da vida cidadã. Para esses efeitos:

- Determinou-se o aprazamento parcial e depois, na maioria dos países, a suspensão definitiva de competências, a clausura de instalações esportivas públicas e privadas e, a suspensão da atividade recreativa e físico esportiva grupal da população.
- Foram reforçadas as medidas de higiene, limpeza e desinfecção das instalações e equipamento esportivos.
- Os fatos foram determinando a interrupção dos programas de treinamento para a classificação e participação em eventos internacionais e a revisão dos compromissos de assistência econômica, particularmente os referidos ao ciclo olímpico.
- Foram implementadas ações de retorno de esportistas com residência transitória ou cursando períodos de treinamento ou competência fora do país.
- Procedeu-se ao planejamento de um processo em etapas ou fases para conter o progresso do vírus e para ordenar de forma incremental o retorno à atividade.
- A exigência de protocolos para autorizar o início de atividades e de dispositivos específicos para responder diante situações extraordinárias foi generalizada.

- Foram desenhadas estratégias de comunicação para informar e sensibilizar em relação a crise sanitária, seu impacto no esporte e a contribuição específica para contribuir a mitigar as consequências, estimulando códigos de comportamento tendentes a combater a expansão do vírus.

- Corresponde destacar o impulso de campanhas motivacionais de incentivo e esperança para o mundo esportivo e, a partir dele, para a população em geral, com participação e compromisso ativo de esportistas de destaque nacionais e internacionais.

- De forma simultânea, foram dispostos programas de promoção da atividade física e alimentação saudável através de dispositivos operativos online ou gravados e emitidos através de plataformas oficiais e redes sociais, com participação de profissionais qualificados ou contratos ad hoc.

- Os institutos governamentais do esporte e as entidades esportivas transcenderam suas obrigações naturais para somar-se as redes de apoio sanitário, alimentarias e social, abrindo as instalações para o funcionamento de hospitais, refúgios, comedores ou centros de serviços de vacinação e informação.

Medidas governamentais para a reativação

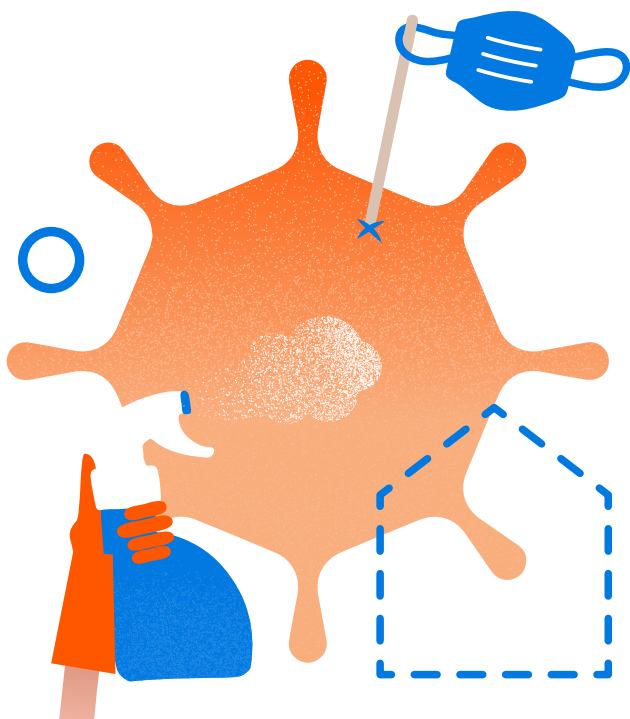
Podem-se observar padrões comuns na expansão da pandemia e é possível destacar similitudes formais nas reações dos países. Porém, cada país foi afrontando os acontecimentos desde suas singularidades, em função de suas capacidades próprias, respeitando seus tempos, e apegados a suas peculiaridades sociais e culturais.

Naqueles países em que foram tomadas medidas imediatas de interrupção de atividades e confinamento, a atividade física ficou restrita ao âmbito doméstico. Nos casos em que se optou por medidas graduais e flexíveis, a atividade física se sustentou adicionalmente nos espaços públicos abertos respeitando as condições de distância.

Em países com praças fortes na órbita profissional, as federações e ligas desistiram de uma primeira atitude relutante a paralisação para reconhecer a conveniência de se ajustar os critérios governamentais. De forma simultânea, foram encaminhadas gestões tendentes a mitigar o impacto econômico derivado da suspensão, apresentando calendários com reprogramação e planos de regresso a atividade.

Nestes casos, a postergação de ingressos econômicos previstos e as obrigações contratuais vigentes motivaram processos de entendimento mais trabalhosos e friccionados.

No esporte amador, o diálogo e a concertação foram produzidos em condições menos forçadas com um perfil de demanda dirigido a necessidade de assistência direta por parte do Estado.



A interrupção e os caminhos de reativação não foram lineares para todas as expressões e disciplinas esportivas. Os esportes coletivos deveram esperar um pouco mais que os esportes individuais e a implementação das ações em cada país foi realizada em diferentes modalidades de desenho e execução.

É importante salientar que o talante comum foi o diálogo e a procura de soluções concertadas, algumas das quais apresentamos a seguir:

- Adequação de normas e disposições sanitárias estipuladas por parte dos Ministérios de Saúde, dirigidas a ajustar a prática do esporte, a recreação e a atividade física as condições exigíveis para o paulatino retorno da atividade.
- Abertura de âmbitos de diálogo e de trabalho conjunto com clubes, federações e ginásio para redigir protocolos por disciplina esportiva e ramo de atividade a efeitos de regulamentar o retorno progressivo ao funcionamento institucional e a prática esportiva.
- Instalações de mesas transitórias ou permanentes para celebrar acordos entre diferentes organismos de governo e de estes com entidades privadas.
- Assessoria e acompanhamento personalizado e adequado às necessidades dos esportistas oferecendo o apoio de profissionais para orientar o treinamento em condições de isolamento, para fornecer programas especiais de alimentação e para colaborar com a sustentabilidade emocional dos atletas.
- Ativação de dispositivos de entrega de equipamento e materiais esportivos para garantir rotinas de treinamento, no domicílio particular ou locais protegidos e isolados, previamente autorizados.
- Reforço da assistência econômica pré-existente a atletas e treinadores, através de becas ou compensações temporárias adicionais.
- Implementação de programas de emergência para apoiar a clubes através de subsídios com destino pré determinado ou flexível em atenção a importância social da atividade própria e as prestações para a comunidade.
- Suspensão de cortes ou flexibilização de prazos no pago dos serviços de energia elétrica, gás, água corrente, telefonia, conectividade. Em alguns casos procedeu se a exoneração transitória.
- Postergação ou bônus do pago de aportes previdenciários correspondentes a clubes e federações.
- Outorga de facilidades para cumprimento de obrigações econômicas contraídas por parte das instituições esportivas diante organismos públicos e algumas entidades privadas.
- Oferta de programas de capacitação e formação virtual dirigidos a esportistas, dirigentes de clubes e federações, pessoal de governos locais em municípios e províncias, em diferentes áreas temáticas: equidade de gênero, esporte adaptado, fortalecimento institucional, ciência e tecnologia aplicada ao esporte, entre outras.
- Impulso de campanhas de coleta de fundos privados para atender situações especiais de vulnerabilidade de esportistas e seus ambientes familiares.
- Convite a participar de espaços de intercâmbio de ideias e elaboração de lineamentos gerais para impulsionar a reativação econômica da atividade esportiva na medida em que se fosse superando cada etapa prevista.

A bateria de respostas ativadas com celeridade, geralmente concertada entre atores públicos e privados, particulares e institucionais, nacionais e internacionais, torna evidente as possibilidades de interlocução e as potencialidades e projeções que possuem os sistemas esportivos nacionais.

A presença do esporte estabelecido em diferentes institutos de governo locais, provinciais e nacionais forneceu legitimidade, interlocução e proximidade ao movimento esportivo e a população em geral.

Da mesma forma, o movimento esportivo organizado exerceu de contraparte consistente para validar e executar decisões, para organizar a participação cidadã e a circulação de assistências na emergência.

É importante destacar que a aparição repentina da crise sanitária acordou capacidades subutilizadas ou ociosas de cooperação e de exercício de governança não obstante as debilidades sistêmicas.

A situação de crise produz efeitos perduráveis muito negativos, mas abre uma porta que permite visualizar as oportunidades que as condições de normalidade, agora parcialmente desarticuladas, ocultavam.

03.

Concepção do esporte e sua evolução

O esporte moderno, produto de um processo de transformação de jogos e passatempos, foi construído na expressão cultural contemporânea mais significativa. Ocupa uma gama preeminente na indústria do espetáculo e do entretenimento, mas também se infiltrou e convive no lar e na vida quotidiana das pessoas.

O esporte é um fato social multidimensional no qual interagem numerosos agentes e involucra áreas transcendentales para a vida dos seres humanos. Não apenas conquista a atenção pública, senão que tem ganho espaços na agenda política. Principalmente superou amplamente os limites de uma concepção instrumental e subsidiaria para

ser concebido como agente de desenvolvimento ao longo de um processo evolutivo constante,

Uma expressão manifesta deste processo pode se apreciar na inclusão do esporte nos textos constitucionais dos países.

As primeiras referencias surgem imediatamente depois de finalizada a segunda guerra mundial e ainda expressam essa dimensão subsidiaria do esporte como via para contribuir com fins próprios de outras esferas da vida humana.

Karel Luis Pachot Zambrana² propõe identificar este primeiro impulso como de “sistematização indireta do esporte”, que nos levará até o ano 1968.

Como destaca Pachot: “... começou-se a referenciar, sobretudo, a dimensão harmônica e integral com que devia se apreciar a educação pública, incluindo seu aspecto físico, entendendo o esporte como um meio de desenvolvimento dela. Dessa forma, aceitaríamos, da mesma forma, a aproximação constitucional ao esporte, ainda se mostrava hesitante, produto do qual não se pode inferir com a suficiente certeza que se mostrara intenção alguma no sentido de inscrevê-lo devidamente. Seguindo esses padrões, as Constituições panamense de 1946 (artigo 77), vietnamita de 1959 (artigo 35) e, posteriormente a uruguaia (artigo 71) e paraguai (artigo 98), promulgadas ambas em 1967, reconheceram o dever essencial do Estado relativo a garantir uma educação que se devia manifestar, entre outros, na sua dimensão física. Por sua parte, as Constituições iugoslava de 1963 (artigo 56), e panamense de 1972 (artigo 82), empregaram, a primeira com respeito ao direito a proteção da saúde e a segunda com relação a cultura, o termo “cultura física” como uma das garantias materiais específicas dos respectivos objetivos, termo que, por demais pode se interpretar inclui ao esporte”³.

A entrada do esporte a texto explícito em uma Carta Magna remonta-se ao ano 1968, integrado a vários artigos do texto constitucional da desaparecida República Democrática Alemã RDA e, representa a passagem de uma “sistematização indireta” a uma “sistematização direta do esporte”.

A inclusão do esporte a texto expresso assinala uma mudança evidente, mas ainda insuficiente para patentear a significação profunda do

fenômeno esportivo contemporâneo. Sem desconhecer sua importância, esse passo aponta a obrigação preceptiva do Estado de fomentar, promover e proteger a atividade esportiva em si mesma ou ordenada a outros fins públicos. O esporte ainda não é considerado um direito.

Nos anos setenta, foi generalizada a inserção do esporte nas redações das constituições dos países ibero-americanos, nesse mesmo sentido.

A passagem de uma visão instrumental e subsidiária a uma concepção superior de reconhecimento a valores intrínsecos do esporte começa a se consumir na Carta Europeia do Esporte para todos (Bruxelas, 1975).⁴ Nos seus dois artigos iniciais considera a prática esportiva como um direito e como fator de desenvolvimento humano.

Ambos conceitos serão recolhidos e consagradas três anos depois na Carta Internacional da Educação Física e o Esporte (UNESCO, 1978), que fora atualizada em 2015.

Esses documentos representam um ponto de inflexão na evolução da concepção do esporte.

Ainda que se trate de pronunciamentos com clara força declarativa, mas escassa obrigação vinculante para os Estados, marcarão a subida do esporte para uma concepção de transcendência superior.

Outro impulso para destacar neste projeto está determinado pelas recomendações contidas no relatório da *Task Force* das Nações Unidas sobre Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, do ano 2003, a resolução No. 58/5 das Nações Unidas que proclamou o ano 2005 como o “Ano Internacional do Esporte e a Educação Física” que destaca:

² “O direito constitucional ao esporte na doutrina e no direito comparado” Karel Luis Pachot Zambrana. Doutor em ciências jurídicas. Professor titular de teoria geral do Estado e de direito constitucional.

³ Ibid.

⁴ Carta Europeia do Esporte para todos (Bruxelas, 1975).

ARTIGO I. Todo indivíduo tem direito a prática do esporte.

ARTIGO II. A promoção do esporte, como fator importante do desenvolvimento humano, deve ser favorecida e sustentada de forma apropriada pelos fundos públicos.

1. *Incorporar o esporte e a atividade física no programa de desenvolvimento dos países e os organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento, enfatizando na juventude.*
2. *Converter a prática do esporte em um propósito e em uma ferramenta para atingir os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio e as metas de outras conferências internacionais e atingir as metas mais amplas de desenvolvimento e paz.*
3. *Incluir as iniciativas vinculadas com o esporte nos programas dos organismos das Nações Unidas sempre que seja apropriado, e de acordo com a avaliação das necessidades locais.*
4. *Facilitar o estabelecimento de alianças inovadoras que incluam o esporte como ferramenta de desenvolvimento.*
5. *Como parte da assistência para o desenvolvimento no exterior, instar os governos para destinar recursos a iniciativas e programas esportivos para o desenvolvimento que tentem atingir a máxima participação e acesso ao "esporte para todos" dentro dos próprios países e, fortalecer a posição do esporte e da atividade física na formulação das políticas. Assim mesmo, urgir os aliados do sistema das Nações Unidas - incluídos o setor privado, as organizações esportivas e a sociedade civil - a oferecer apoio financeiro e espécie para o esporte em favor do desenvolvimento e a paz.*
6. *Incentivar o sistema das Nações Unidas a procurar mecanismos inovadores para fazer do esporte um meio de comunicação e mobilização social tanto em nível nacional como regional e local. (Recomendações adaptadas dos relatórios do Secretário Geral das Nações Unidas sobre o esporte para o desenvolvi-*

*mento e a paz).*⁵

Em concordância com esta decisão, o documento do Departamento para o Ano Internacional do Esporte e a Educação Física (Educação Saúde Desenvolvimento Paz) ratificou o valor da contribuição específica do esporte ao desenvolvimento, destacando que o objetivo geral do Ano Internacional do Esporte e a Educação Física seria destacar a contribuição fundamental que o esporte e a educação física podem fazer que o logro das metas de desenvolvimento mundial (Nações Unidas, 2005).

Em 2015, com a aprovação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dá-se um passo mais para o reconhecimento do valor do esporte. Ainda bem que nenhum dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inclui explicitamente ao esporte, a resolução que estabelece a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que "contribui cada vez mais a fazer realidade o desenvolvimento e a paz promovendo a tolerância e o respeito e, que respalda também o empoderamento das mulheres e dos jovens, as pessoas e as comunidades, assim como os objetivos em matéria de saúde, educação e inclusão social".⁶

Com a atualização da Carta Internacional de educação física, a atividade física e o esporte (2015) e, as conclusões da Sexta Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários encarregados da Educação Física e o Esporte MINEPS VI (2017) que aprova o Plano de Ação de Kazan, afiança-se a tendência e projeta-se o esporte em níveis de alta consideração política para os Estados e as sociedades.

⁵ "O esporte como meio de promoção da educação, da saúde, do desenvolvimento e da paz" Decisão 65/4 Assembleia Geral Nações Unidas 23 de novembro de 2010.

⁶ Nações Unidas, 2015. Assembleia Geral Decisão 70/1 de 25 de setembro de 2015.

De forma simultânea a este périplo institucional, o esporte vai se instalando na vida cidadã, individual e coletiva. Em diversas modalidades associativas, com predominância da figura do clube esportivo, vai se expandindo social e territorialmente. As associações esportivas nascem e se desenvolvem desde a iniciativa privada, em livre exercício e ativo da cidadania.

A incidência das entidades esportivas nas comunidades também percorre um caminho de crescimento e evolução. Contribuem com a configuração de identidades, inspiram o sentido de pertença constroem convivência, promovem a participação cidadã organizada desde valores de respeito e unidade na diversidade.

Na Ibero América, as organizações esportivas coadjuvam a inclusão e fortalecem a integração social. Desde os menos desenvolvidos até aqueles que operam no esporte profissional a grande escala, constroem relações significativas com seus ambientes e interagem com diferentes agentes econômicos, políticos, sociais, educativos.

No presente, não existe outro espaço de socialização procedente da iniciativa privada, livre e voluntária, mais relevante que o esporte.

Sem essa rede social de contenção que cimentou a iniciativa da população com ostensível presença das organizações esportivas, as consequências da crise afetariam mais severamente.

Sem essa rede organizada pela própria cidadania, a reativação socioeconômica não seria sustentável.

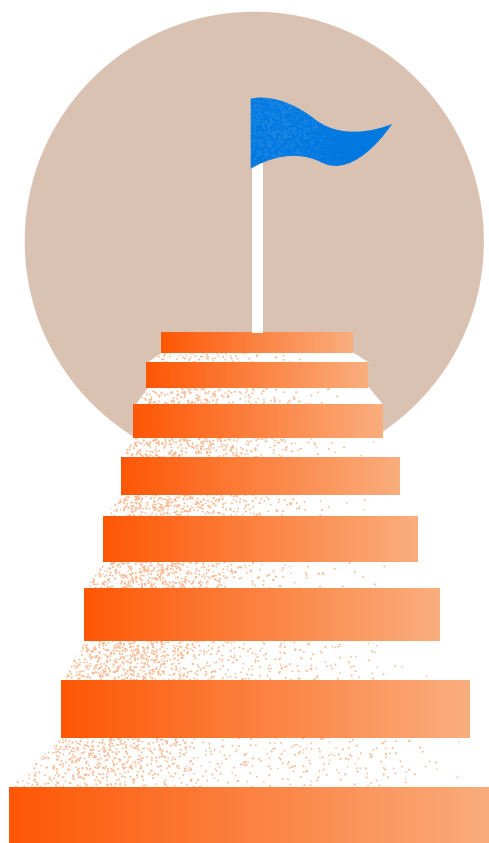
A pandemia continua presente. Seus efeitos são graves e deixarão sequelas sociais e econômicas muito duras para os nossos países. E ainda poderão sobrevir outras mais adiante, lamentavelmente.

Obviamente, o esporte também foi afetado diretamente e está sofrendo consequências muito severas.

A crise evidenciou as debilidades dos sistemas esportivos, mas também revelou as fortalezas e potencialidades.

É possível reconhecer oportunidades extraordinárias para que o esporte não apenas consiga se reconstruir senão que também possa transcender a mera restauração da ordem precedente, e saia fortalecido e renovado internamente. Fornecendo desde o esporte mesmo, melhores condições de desenvolvimento para as comunidades e para os países.

Na hora de identificar oportunidades, a mais importante é a de sustentar este processo evolutivo dando ao esporte seu valor absoluto e, projetá-lo de cara a cenários de maior incidência pondo-o ao serviço de uma nova realidade, em melhores condições de equidade.



04.

Desafios e oportunidades⁷

1

Em virtude desta evolução conceitual que repasamos anteriormente, a pandemia encontra ao esporte em um ponto de notória consolidação.

Se considerarmos ao esporte como um direito e um agente de desenvolvimento, o primeiro desafio e a oportunidade principal a salientar é consumir o lugar sociocultural, a relevância política e a incidência na vida cidadã do esporte nos países ibero-americanos.

O contexto de crise oferece a oportunidade de sustentar o esporte nos primeiros níveis de consideração pública e na agenda política, subtraindo-o da mera visão instrumental e subsidiária para reconhecê-lo e integrá-lo as políticas de Estado.

⁷ **Aclaração preliminar.** A realidade do esporte ibero americano é heterogênea, naturalmente. No momento de realizar recomendações e destacar oportunidades, corresponde distinguir a situação de Portugal e da Espanha, cujos desenvolvimentos próprios e seus processos de integração supra nacional estabelecem diferenças em relação a América Latina e o Caribe. Diante o embate da pandemia, as respostas têm sido mais coletivas e uniformes na Europa em virtude do processo de integração regional que os países latino americanos e caribenhos ainda não tem experimentado e das definições adotadas em documentos e compromissos assumidos como corpo em diferentes momentos. Nos países latino americanos e caribenhos também é possível reconhecer realidades diferentes em virtude de característica específicas, níveis de desenvolvimento e possibilidades econômicas, entre outras variáveis.

A avaliação da importância atribuída ao esporte reflete-se na ordem de prioridade temporal que ocupe no caminho de reativação e no volume da assistência econômica e respaldo institucional durante a crise e nas etapas subsequentes.

Os organismos governamentais do esporte e o movimento esportivos tem que assumir este desafio em unidade de propósito e de ação. O lugar de maior a menor prioridade que ocupe durante a transição prefigura o lugar e a prioridade que terá o esporte no futuro imediato.

2

Um bom resultado no desafio precedente possibilitará que o esporte se institua-se ainda não o conseguiu (ou se consolide, se já o ostenta), nos mais altos níveis de governo, ganhando em reconhecimento e interlocução dentro e fora do aparelho do Estado. É uma oportunidade de legitimar a interlocução do esporte com atores públicos e privados afirmando seu peculiar valor e suas contribuições específicas na estratégia de contenção da crise e nas vias de reativação subsequentes.

O movimento esportivo reage com iniciativa própria diante situações que ameaçam os valores de inclusão e solidariedade. Diante as primeiras consequências da pandemia, as organizações esportivas responderam de imediato pondo ao serviço da comunidade suas capacidades e seus recursos particulares de assistência ao ambiente imediato e atuaram como ligação e intermediário entre as agências governamentais e os vizinhos.

Dentro deste quadro, desde uma visão superadora da versão instrumental e subsidiária, a contribuição do esporte, não deveria ser nem preferentemente nem ainda menos exclusivamente, a de prestar serviço a outros fins.

O esporte serve a sociedade e aos seres humanos em situações de crise ou de normalidade, assumindo solidariamente compromissos que transcendem a suas competências diretas, mas, fundamentalmente, cumprindo estritamente com os fins próprios da sua natureza.

3

O impacto da pandemia afetou integralmente a vida dos seres humanos e as respostas imediatas e, as estratégias de saída tem que se dar conta dessa integralidade. A complexidade da situação não admite análise simplista nem reducionista.

As respostas de caráter econômico são necessárias, mas não suficientes. As condições socioculturais de convivência também têm sido impactadas pelo recesso da atividade e, fundamentalmente, pelo distanciamento e pelo isolamento obrigatório ou responsável.

De maneira tal que, nas perspectivas de saída, a reativação econômica é tão importante quanto a reativação social, cultural e esportiva. Ambas dimensões são parte de uma mesma realidade.

A reativação sócio cultural e esportiva é a que possibilita o desenvolvimento sustentável da atividade econômica e, também, necessita de medidas econômicas específicas para sua própria sustentabilidade.

Por esse motivo, é legítimo demarcar que a assistência ao esporte nos processos de reativação deve incluir programas de apoio político, institucional e econômico, tão o mais forte que durante o desenvolvimento mesmo da crise.

4

O isolamento obrigatório ou autoimposto revelou com singular evidencia a importância da atividade física, o exercício e os hábitos saudáveis para sustentar uma vida saudável, em equilíbrio físico, intelectual e emocional.

Nessas condições excepcionais, apresenta-se uma oportunidade valiosa para resignificar social e politicamente a relevância e a função insubstituível da atividade física e o esporte no desenvolvimento integral do ser humano.

Para tanto, a responsabilidade de aproveitar essa oportunidade é em primeiro lugar dos governos, ainda que envolva necessariamente o compromisso do movimento esportivo em todas suas expressões organizadas.

5

As crises disruptivas podem trazer como consequências efeitos restauradores e retardatários. Em numerosos casos, motivam retrocessos em relação aos avanços conquistados com anterioridade e geram perdas devastadoras para os setores mais fracos e vulneráveis.

O universo esportivo segue sendo ostensivamente masculino ainda que os esforços sustentados em

contrário e dos avanços objetivos nas condições de equidade de gênero graças as políticas públicas e as iniciativas privadas do universo esportivo. Também deslocam dos seus eixos de atenção principal e dos seus espaços de participação os setores mais vulneráveis.

Crianças e idosos, mulheres e pessoas com deficiência tem sido dos grupos mais afetados pela detenção de atividades e pela perda de espaços de socialização. Também, correm o risco de serem postergados nos planos de reativação e nos programas de apoio e assistência direta.

Os avanços objetivos em matéria de oportunidades, os direitos reconhecidos com muito esforço, a disponibilidade de condições de qualidade para a prática esportiva, todas as situações ainda muito longe de serem satisfatórias mas que constituíram avanços importantes, viram se afetadas e podem retroceder se não focalizam ações e programas de atenção preferencial para esses setores.

A perda abrupta de espaços de socialização, de inclusão e integração social, produz um impacto tão o mais nocivo que o brutal impacto econômico que afeta a sociedade toda, mas que afeta particularmente aos setores mais expostos a vulneração dos seus direitos.

É prioritária a atenção desses setores no presente e ainda mais na configuração da nova realidade para evitar retrocessos que aprofundem desigualdades e exclusões.

Para tais efeitos, resulta imprescindível a inclusão da representação desses setores nos espaços de decisão. A consulta, mas acima de tudo a parti-

cipação direta dos expoentes desses grupos melhora as probabilidades de formular políticas sensíveis a problemática.

A Organização das Nações Unidas tem sido eloquente em relação a sua afirmação das políticas nas que não se consulta aos setores ou não se inclui na toma de decisões resultam ser menos eficazes ou inclusive contraproducentes.⁸

Os riscos neste plano também oferecem a oportunidade de confirmar os avanços e estabelecer condições firmes para superar a crise em melhores condições de equidade.

O desenvolvimento esportivo em equidade é parte constitutiva fundamental da fortaleza sociocultural, política e econômica de nossas sociedades.

Uma nova ordem social emergente tem que fortalecer os ambientes seguros e protegidos para as e os esportistas em situação de maior debilidade.

A incidência feminina no fato esportivo é substantiva. Não há reativação possível sem sua participação central. A presença da mulher vai se diluindo na medida em que se ascende nos níveis hierárquicos e de governo das entidades esportivas de forma inversamente proporcional a masculina. Por sua vez, são principalmente as mulheres as que reivindicam a assistência e a continuidade na prática esportiva infantil e adolescente. O acompanhamento e a contenção nas etapas iniciais do desenvolvimento esportivo descansam no compromisso cotidiano das mães, irmãs, familiares e vizinhas.

Não reconhecer essa evidência compromete as vias de reativação e pode consolidar e robustecer

⁸ United Nations, 2020. Policy Brief: "The Impact of COVID-19 on Women".

a desigualdade. Para evitar esses riscos é necessária a ação concertada entre os organismos governamentais e as organizações esportivas.

Os governos deverão ser observantes y garantes para evitar a discriminação e garantir a igualdade de oportunidades. As organizações esportivas, deverão promovê-las e consagrá-las nos fatos.

05.

Recomendações

Antes de apresentar algumas recomendações concretas corresponde destacar que o reconhecimento da realidade, sua análise e as respostas diante a propagação do COVID 19 e a expansão mundial da pandemia, foram fazendo "em ativo" concomitantemente a ocorrência dos fatos. Nesse sentido, as recomendações estão sujeitas as correções e reinterpretações próprias de um caminho de aprendizagem que se realiza sobre o acontecer mesmo.

Transversalidade das políticas públicas esportivas

As mesas e comissões de trabalho com a participação dos ministérios de Educação, Saúde, Promoção ou Desenvolvimento Social, entre outros, instaladas para analisar, desenhar e implementar ações conjuntas em uma situação de emergência constituem um ponto de apoio consistente para validar espaços permanentes de coordenação e formulação de políticas públicas que forneçam integralidade as propostas para o setor esportivo e a população em geral.

Toda ferramenta criada para atender uma situação de exceção cessa quando esta é superada.

O desafio consiste em criar valor de permanência a instrumentos institucionais criados para dar conta da contingência, mas aptos para continuar cumprindo funções além dela, conservando ou não sua composição anterior.

É importante validar os esforços de transversalidade tão esquivos ao exercício do governo que frequentemente tende a fragmentação.

Coordenação estável entre os níveis de governo

As situações de crise impõem e simplificam a constituição de espaços de diálogo e de coordenação que costumam estarem obturados na ordem preexistente.

No cenário atual, as circunstâncias especiais geradas pela emergência sanitária exigiram maior abertura de relação entre os diferentes níveis de governo para unificar informação e normativas, mas também para afrontar conjuntamente ações diretas.

Os vínculos entre os níveis de governo (local, provincial, nacional) não sempre são homogêneos nem estáveis. A situação de exceção favoreceu a aproximação e o trabalho comum onde era escasso e vigorizou a reciprocidade onde a predisposição já era positiva.

As autoridades nacionais de esporte podem aproveitar esses novos cenários de proximidade para propiciar instrumentos de cooperação e diálogo permanentes e assumir novos compromissos com seus pares locais e regionais.

Uma nova aliança para uma nova cultura de governança

A crise oferece um cenário fértil para semear um novo pacto ou aliança de governança entre os sócios estratégicos do esporte.

A governança concebida como busca de equilíbrios entre o Estado e a sociedade organizada, como plataforma para forjar acordos com direitos e obrigações das partes, como princípio instituinte de uma nova cultura política do esporte.

Essa nova cultura de governança compreende em primeiro lugar ao movimento esportivo em todas suas expressões. Mas, também involucra a outros atores públicos (os diferentes institutos de governo e seus estamentos) e privados (setor empresarial, instituições acadêmicas, outras organizações e associações cidadãs).

Assistimos a uma conjuntura excepcionalmente favorável para reconfigurar a relação dos governos com o movimento olímpico, o mundo empresá-

rial, o universo científico e acadêmico e orientá-la para uma política mais racional e colaborativa.

Relação Estado - Movimento Esportivo

É necessário revisar e reelaborar a relação com as entidades esportivas do primeiro, segundo e terceiro grau, aproveitando os aspectos favoráveis das circunstâncias atuais.

Uma nova cultura de governança implica a tomada consciente de direitos e obrigações de cada parte.

O movimento esportivo carga com a responsabilidade de promover, organizar e desenvolver o esporte, em condições de equidade, custodiando os valores de jogo limpo, protegendo a integridade dos protagonistas e do próprio jogo.

O Estado assume o compromisso de assistir economicamente a atividade esportiva, de facilitar o acesso à informação e, aos serviços públicos, de apoiar as atividades nacionais e internacionais e velar pela saúde e o cumprimento das normas.

Aos direitos e obrigações de cada parte deve-se acrescentar o campo comum da formulação dos planos estratégicos de desenvolvimento esportivo, sujeito a critérios rigorosos de avaliação de resultados esportivos e de gestão, fazendo uso transparente e responsável dos dinheiros públicos e privados.

A aceitação de compromissos conjunturais mútuos motivada pelas circunstâncias deve promover a toma de responsabilidades de longo prazo e de valor estratégico para o desenvolvimento do esporte.

Essas considerações aplicam ao movimento esportivo em geral e, especialmente as condições de governança entre os governos e os comitês olímpicos.

A pandemia não motivou apenas a postergação dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, senão também afetará as seguintes edições. Implicou, entre outras medidas, a desarticulação dos planos de treinamento, assim como dos programas de competência e classificação, a serialidade e os calendários do ciclo olímpico.

Os efeitos não caem apenas no movimento olímpico, repercutem também nos planos dos governos e nas estratégias comerciais das marcas.

É necessário estabelecer um diálogo mais consistente entre as partes para responder em unidade diante os fatos e para projetar e prever situações adversas de futuro.

As respostas a pandemia são mais eficazes se são plurissetoriais e concertadas. Essas condições podem prevalecer e se instituir se forem alinhadas ao pensamento estratégico em uma nova cultura de governança.

Formalização e profissionalismo da gestão esportiva

A atividade esportiva é caracterizada geralmente pela informalidade e pela contingência, inclusive na esfera profissional.

No referente a gestão, os processos de toma de decisões padecem de inconsistências em virtude de carências de informação rigorosa e completa, de incumprimento dos passos prévios de consulta, da ausência de normativas claras.

A crise sanitária obrigou a todas as partes a elaboração de protocolos e a sujeição a procedimentos e calendários de cumprimento de compromissos.

Essa subscrição de obrigação com adoção de protocolos rigorosos é um passo muito importante na formalização da atividade. A ser incorporado e desenvolvido como uma prática regular, poderia acrescentar valor ao fortalecimento institucional a processos de profissionalização da gestão e ao seguimento e controle de metas e obrigações.

Em uma primeira fase, pode ser conveniente avançar em protocolos relacionados a necessidades materiais e operativas, tais como, as condições de higiene e salubridade, acessibilidade e segurança, administração, equipamento e uso dos espaços, redefinição de capacidade. Em particular, é interessante destacar alguns princípios do higienismo, muito influente nos modelos de desenvolvimento esportivo de muitos países da região, para inspirar conteúdos protocolares na área.

Nas etapas subsequentes, seria desejável que a formulação de protocolos se estendesse decididamente à órbita institucional, às relações e acordos entre o governo e as organizações esportivas e, aos compromissos entre privados.

Assunção de protocolos internacionais

A atividade esportiva internacional é intensa e permanente. Alimenta significativamente o turismo interno e internacional e mobiliza volumes de

delegações que participam de programas de treinamento, em competências ou grandes eventos e, também em exposições, feiras e convenções.

A paralisação do tráfego internacional aéreo, marítimo e terrestre motivou revisões importantes nas condições dos serviços e o retorno à atividade incorporará mudanças importantes que involuclarão também ao mundo do esporte. Por sua vez, o esporte tem que reformular as condições de traslado e participação internacional das delegações subscrevendo os protocolos pertinentes em cada caso.

A circulação de delegações esportivas pelo mundo configura uma zona de alto risco para os contágios e a expansão de doenças. Portanto, a configuração de novos sistemas e planos de traslado nacionais e internacionais para as delegações esportivas, tomando em conta esses riscos, é um desafio que requer da participação de diversos atores de governo e do esporte, assim como a flexibilidade necessária para se adaptar a circunstâncias potencialmente mutáveis.

Além disso, resulta crucial compartilhar toda a informação disponível sobre os sucessos e fracassos desses mecanismos e protocolos internacionais, com a finalidade de melhorar continuamente os procedimentos e medidas necessárias.

Informação rigorosa e opinião acadêmica

O universo esportivo ainda padece de informação rigorosa e suficiente. O acesso e a disponibilidade de informação atualizada e consistente continua sendo uma carência e, ainda mais no caso da América Latina.

A emergência sanitária obrigou um pormenorizado relevamento, análise e classificação da informação. Não há uma gestão sustentável sem o suporte e fundamento da informação.

A formalização da atividade esportiva necessita estribar os processos de gestão e de toma de decisões em base de dados consistentes.

A manipulação de dados confiáveis habilita a constituição de registros e a análise de processos, condições imprescindíveis para adotar decisões sustentáveis e visualizar perspectivas de evolução esportiva fiáveis.

Neste sentido, os acordos de governança entre as autoridades e o movimento esportivo devem promover a circulação confiável e fluida da informação do setor.

Desde a primeira fase da pandemia, tão importante como a informação tem sido o concurso da opinião acadêmica.



A relação da academia e o esporte não é adequadamente fluída e, em ocasiões costuma ser distante. Os tempos sempre urgentes do exercício do governo e, a contingência e a rapidez dos resultados esportivos, não sempre podem se conciliar com os horizontes de reflexão e as perspectivas acadêmicas de longa duração. Os processos de formalização e profissionalismo da gestão requerem do acompanhamento e do respaldo acadêmico.

Assim como a crise possibilitou uma revalorização do esporte, de igual forma e com maior alcance ainda, confirmou a importância do olhar e da opinião acadêmica. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de impulsionar acordos de assistência e cooperação com universidades e centros de estudo em vastos campos de interesse comum.

Uma área de pesquisa necessária e que forneceria à hierarquização do esporte tem a ver com a economia do esporte e sua incidência na economia dos países e da região. A ausência de informação firme torna invisível a força econômica do esporte na geração de fontes de trabalho e de recursos genuínos. Neste contexto, deve-se dar passos a nível dos países e para poder avançar em um diagnóstico regional.

Em caminho da formalização da atividade esportiva em geral, abre-se uma oportunidade especial para o ordenamento dos sistemas de reconhecimento e validação de aprendizagens não sistemáticos e informais, assim como, para adicionar programas de capacitação, formação e atualização educativa de treinadores.

No ensaio de respostas ajustadas às condições de isolamento e distanciamento social apelou-se em muitos casos ao concurso de recursos humanos disponíveis com níveis de capacitação e formação muito diversos.

Um esforço para ordenar e regularizar a este contingente permitirá incrementar os recursos huma-

nos disponíveis através do reconhecimento, validação e acreditação de saberes para aqueles que não puderam culminar os itinerários formais e habilitar a atividade regulamentada de estudantes avançados, idóneos e voluntários.

Em suma, contribuirá com a formalização do setor na formação dos seus próprios recursos humanos fornecendo critérios objetivos de classificação, categorizando funções, configurando bases de dados e registros que redundarão na melhora dos índices de cobertura dos serviços públicos e privados.

A aproximação entre os governos, o movimento esportivo e a academia ajudam a considerar os assuntos de alta sensibilidade, tais como uma emergência sanitária global, para todas as partes com menos resistência e reparos.⁹

O Esporte e o uso das tecnologias

Um conjunto de mudanças e transformações determinado pelos efeitos da pandemia chegaram para ficar e coexistir com realidades anteriores.

No âmbito do trabalho, em particular, as mudanças foram concluintes e o esporte não é alheio a elas. Entre outros aspectos, incrementou-se ostensivamente o uso e a aplicação da tecnologia, expandiu-se o teletrabalho e foi generalizada a educação a distância nas suas diferentes modalidades.

É razoável considerar que, doravante, as ofertas de serviços esportivos combinarão essas modalidades com as propostas presenciais, que cederão ainda mais terreno nas primeiras.

⁹ Igualmente, a oportunidade deveria se fazer extensiva ao âmbito regional a efeitos de ajustar padrões e prioridades com *Panam Sports*.

Essas mudanças geram janelas de oportunidades valiosas, fundamentalmente para que o Estado possa levar seus programas e serviços aos setores sociais que por diferentes motivos não acessam a eles. Entre outras, por exemplo, às populações cujos lugares de residências apresentem dificuldades de acesso e a aquelas comunidades rurais que por sua distância geográfica e dispersão geográfica não podem ser beneficiários recebendo atenção presencial.

Esses setores não costumam achar as condições de acessibilidade, segurança e contenção necessárias na infraestrutura esportiva disponível, mas podem utilizar seus domicílios ou espaços próximos acondicionados e de fácil acesso.

Por sua vez, o teletrabalho e as plataformas de comunicação grupal perfuram as fronteiras e aumentam os cenários de empregabilidade, à vez que dinamizam o mercado de trabalho.

A atividade física e o treinamento a distância podem favorecer aos setores mais vulneráveis e excluídos (mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosas) oferecendo programas com chegada direta ao domicílio ou aos ambientes funcionais e seguros.

Mais e melhor cooperação internacional

Não deixando de reconhecer a contribuição insubstituível que tenham realizado e continuaram realizando multipolos agentes dinamizadores da atividade privada, a irrupção da pandemia evidenciou a importância do Estado, dos serviços públicos e de comunidades organizadas. Revelou, também, que

as medidas mais eficazes tem sido as derivadas de respostas concertadas e de ações plurissetoriais.

Em termos gerais, percebe-se uma correspondência virtuosa entre medidas assumidas com respaldo de unidade nacional e de coesão social e a ocorrência de melhores resultados supervenientes.

Essas apreciações são trasladáveis à esfera internacional.

A Secretaria Geral Ibero Americana, Rebecca Grynsman, manifestou que *“...a cooperação regional foi muito boa antes da crise, mas esta demonstrou que também foi insuficiente”*.¹⁰

Os organismos internacionais coincidem em incentivar um futuro de maior unidade e coesão tanto no nacional como no internacional, que apenas será possível com mais e melhor cooperação entre os países.

Nessa perspectiva, o Conselho Ibero-Americano do Esporte está chamado a contribuir com a construção de um melhor futuro desde o esporte, contando com o compromisso dos ministros e altos cargos do esporte da região e com a colaboração estreita dos organismos de valor estratégicos como a UNESCO, para gerar mais e melhor cooperação internacional.

Sempre convém lembrar que: *“A cooperação e as alianças internacionais deveriam ser aproveitadas para defender eficazmente, nos planos internacional, regional e nacional, as importantes contribuições da educação física, as atividades físicas e do esporte ao desenvolvimento social e econômico, assim como para intercambiar e apoiar a pesquisa y a informação a respeito.”*¹¹

¹⁰ Grynsman, Rebeca. Citada em Deutsche Welle (2020). Disponível em: <https://www.dw.com/es/covid-19-y-el-desarrollo-de-am%C3%A9rica-latina-no-queda-otra-que-cooperar/a-53467044>.

¹¹ UNESCO, 2015. Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte – 2015 Artículo 12.2. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13150&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

Bibliografia

Centre for Sport and Human Rights	Putting People First Guidance for sport on home to respond to The COVID-19 crisis. 2020 Centre for Sport and Human Rights
CEPAL	Relatório sobre o Impacto Econômico na América Latina e no Caribe da Doença coronavírus (COVID-19) CEPAL - 2020
CEPAL	Desafio Social da COVID-19 CEPAL - 2020
CEPAL	A pandemia da COVID-19 aprofunda a crise assistencial na América Latina e Caribe CEPAL - 2020
CEPAL	Pessoas com deficiência de doença coronavírus (COVID-19) na América Latina e Caribe: Situação e orientação do CEPAL - 2020
COMMONWEALTH	Sport and SDG Indicators and COVID 19 COMMONWEALTH 2020
Conselho de Europa	Carta Europeia do Esporte para Todos Bruxelas - 1975
Cumbre Ibero americana do Esporte	1ª. Conferencia (V) de Ministros e Altas Autoridades do Esporte na Ibero América CID - 2020
OMS	Recomendações Globais da OMS sobre atividade física para a saúde -OMS - 2010
OMS	Plano de Ação Global da OMS para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis 2013-2020
ONU	COVID-19, mulheres, meninas e esporte: reconstruindo melhores Mulheres da ONU - 2020
ONU	Esporte para a paz e o desenvolvimento: rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas
ONU	Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a influência do esporte na educação, saúde e crescimento (2003)
ONU	The impact of COVID-19 on sport, physical activity and well-being and its effects on social development ONU - 2020
UNESCO	Carta Internacional de la Educación Física y el Deporte UNESCO - 1978
UNESCO	Carta internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte da Unesco - 2015
UNESCO	Declaração de Berlim (MINEPS V) UNESCO - 2013
UNESCO	Plano de Ação Cazã (MINEPS VI) UNESCO - 2017
UNICEF	Esporte, recreação e jogar UNICEF - 2004
UNICEF	Esporte para o Desenvolvimento na América Latina e Caribe. Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe .(2007)

Publicação desenvolvida com o apoio de



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaría-Geral
Ibero-Americana



GOBIERNO
DE ESPAÑA

MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACIÓN



Cooperación
Española